

Luís O. P.



FF

Y
ta

J.

**PROVAS PARA A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA
REQUERIDAS PELO ENGENHEIRO CARLOS EDUARDO DE JESUS
ALMEIDA**

(Decreto-Lei nº 206/2009, de 31 de Agosto)

ACTA

Aos trinta dias do mês de Janeiro de dois mil e quinze, pelas dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Principal da Escola Superior de Gestão e Tecnologia (ESGT) do Instituto Politécnico de Santarém (IPS), reuniu o Júri designado para apreciação das provas requeridas pelo **Engenheiro Carlos Eduardo de Jesus Almeida** para atribuição do Título de Especialista na área de **Desenvolvimento de Sistemas de Informação**, constituído pelo Professor Coordenador Vítor Manuel Pina da Costa, que preside ao Júri por delegação de competências do Senhor Presidente do IPS (Despacho nº 40/2014), pelo Professor Adjunto Filipe Montez Coelho Madeira, pelo Professor Adjunto Filipe Miguel Bispo Fidalgo, pelo Professor Coordenador José António Ribeiro Mendes, Dr. Vítor Manuel Parreira Figueiredo Lima, e Dr. Fernando José da Fonseca Bento.

Encontravam-se presentes todos os membros do Júri, tendo o Presidente dado as boas vindas e apresentado individualmente todos os membros.

A reunião teve como pontos da Ordem de Trabalhos:

1. Ratificação do Relatório fundamentado, subscrito por todos os membros do Júri, onde se concluí pela admissão do candidato;
2. Realização das provas públicas constituídas pela apreciação e discussão do Currículo Profissional, apreciação e discussão do Trabalho de natureza profissional apresentado pelo candidato.

O Presidente informou ainda os presentes que, de acordo com o previsto, as provas teriam lugar na Sala de Reuniões do Edifício Principal e decorreriam da seguinte forma:

Apreciação e Discussão do Currículo Profissional – das 11.00 horas às 13.00 horas, sendo arguentes o Professor Filipe Miguel Bispo Fidalgo e o Dr. Vitor Manuel Parreira Figueiredo Lima.

Apresentação e Discussão do Trabalho – das 15.00 horas às 17.00 horas, sendo arguentes o Professor José António Ribeiro Mendes e Dr. Fernando José da Fonseca Bento.

Pelas onze horas tiveram início as provas, tendo o Presidente do Júri convidado o candidato a fazer uma breve apresentação dos aspectos mais relevantes do seu currículo, o que este fez de imediato. Foram abordadas pelo candidato todas as vertentes indicadas no seu currículo, designadamente os vínculos e as actividades profissionais.

Terminada a exposição, o Presidente deu a palavra ao arguente Professor Filipe Miguel Bispo Fidalgo, que teceu várias considerações sobre o currículo profissional e académico do candidato, tendo-lhe colocado um conjunto de questões às quais este foi respondendo de imediato.

De seguida foi dada a palavra ao arguente Dr. Vitor Manuel Parreira Figueiredo Lima, que teceu várias considerações críticas sobre o currículo do candidato, tendo-lhe também colocado várias questões, as quais foram respondidas de imediato.

Após os arguentes terminarem a sua intervenção, o Presidente convidou os restantes membros do Júri a interpelar o candidato sobre as questões que pretendessem ver respondidas por este, tendo estes colocado também várias questões sobre as componentes profissionais e académicas do currículo do candidato.

Não havendo mais intervenções por parte dos membros do Júri o Presidente deu por concluída a primeira prova.

Retomados os trabalhos para a segunda prova, pelas quinze horas, e dirigindo-se ao candidato, o Presidente do Júri convidou-o a fazer a apresentação do seu trabalho de natureza profissional, denominado "Georeferenciação aplicada aos concursos de colocação de pessoal docente:

F
F
t
F



FF

FF

FF

FF

uma proposta de otimização dos algoritmos de colocação, recorrendo à georeferenciação”, o que este fez de imediato.

Terminada a exposição, o Presidente deu a palavra ao arguente Professor José António Ribeiro Mendes, tendo-lhe colocado um conjunto de questões às quais este foi respondendo de imediato.

De seguida, foi dada a palavra ao arguente Dr. Fernando José da Fonseca Bento, tendo-lhe também colocado várias perguntas, às quais este foi respondendo de imediato.

Após os arguentes terminarem a sua intervenção, o Presidente convidou os restantes membros do Júri a interpelarem o candidato sobre as questões que pretendessem ver respondidas por este.

Não havendo mais intervenções por parte do Júri, o Presidente deu por concluída a segunda prova.

De seguida o Júri reuniu em sessão privada, a fim de se pronunciar sobre o mérito demonstrado pelo candidato nas provas, tendo deliberado por unanimidade aprová-lo com base nos seguintes fundamentos:

- 1) Extensão e diversidade do currículo profissional do candidato;
- 2) Rigor do candidato na apresentação do seu currículo e trabalho;
- 3) Qualidade do trabalho apresentado, perfeitamente inserido na área para que foram requeridas as provas;
- 4) Clareza e rigor nas respostas dadas pelo candidato às questões colocadas pelo Júri.

Face à deliberação tomada, o Júri considerou que o candidato reúne as condições necessárias à atribuição do Título de Especialista na área de Desenvolvimento de Sistemas de Informação definidas no Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto.

Retomada a sessão pública, o Presidente do Júri informou o candidato da deliberação tomada.

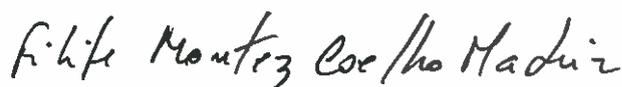
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, pelas dezoito horas, da qual foi lavrada a presente Acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Presidente do Júri



Prof. Coordenador Vitor Manuel Pina da Costa

Os vogais



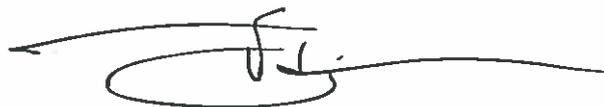
Prof. Adjunto Filipe Montez Coelho Madeira



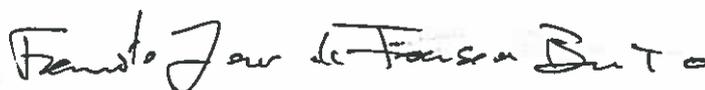
Prof. Adjunto Filipe Miguel Bispo Fidalgo



Prof. Coordenador José António Ribeiro Mendes



Dr. Vitor Manuel Parreira Figueiredo Lima



Dr. Fernando José da Fonseca Bento